

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.616.520 - RS
(2019/0335148-6)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : LORENA SANTOS FAGUNDES AMARAL - RS081347
GABRIEL DOS REIS PEÑA E OUTRO(S) - RS094345
MONICA DE SOUZA BARBOSA - RS102144
MARJORY SANTOS DA SILVA PINTO - RS114650B
AGRAVADO : CLAUDIO DE OLIVEIRA GUIMARAES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. TRIBUTÁRIO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO PROVIDO PARA DETERMINAR SUA REAUTUAÇÃO COMO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno (fls. 162/169) apresentado contra decisão monocrática da Presidência, assim sintetizada:

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 7/STJ.
Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente o referido fundamento.

A agravante alega, em síntese, que impugnou todos os fundamentos da decisão de admissibilidade, especificamente a incidência da Súmula 7/STJ.

Requer a reconsideração da decisão agravada ou, sucessivamente, o provimento do agravo interno.

É o relatório.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal e considerando que os argumentos aduzidos nas razões de agravo interno revelam-se plausíveis (demonstrando que, de fato, houve impugnação de todos os fundamentos da decisão de admissibilidade), no sentido de comprovar a sua tese, reconsidero a decisão ora agravada e dou provimento

Superior Tribunal de Justiça

ao agravo, para que seja reautuado como recurso especial para melhor análise.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator